

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O ENSINO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PUBLIC POLICIES AIMED AT DISTANCE LEARNING

Tatiane da Silva Batista

Discente Tatiane da Silva Batista . Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia.
E-mail: tb43198@gmail.com

Cleonete Martins de Aguiar

Docente Cleonete Martins de Aguiar. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia.
Mestre em Letras pela UNIR. E-mail: cleonete.aguiar@ifro.com.br

RESUMO

As políticas públicas para educação a distância (EaD) são compostas por diretrizes e ações implementadas pelo governo para ampliar o acesso à educação por meio de tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade permite que estudantes realizem atividades avaliativas e concluam seus estudos sem a necessidade de presença física em instituições de ensino, promovendo inclusão e reduzindo barreiras geográficas e socioeconômicas. Este estudo tem como objetivo analisar os impactos das políticas públicas na democratização do ensino e na qualidade da EaD no Brasil. A metodologia baseou-se em revisão bibliográfica e análise documental de marcos regulatórios, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Portaria nº 2.117/2019. Os resultados indicam avanços significativos, como a criação de programas como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que ampliaram as oportunidades educacionais. No entanto, persistem desafios, como a desigualdade no acesso à tecnologia e a necessidade de capacitação docente. Conclui-se que as políticas públicas são fundamentais para a consolidação da EaD como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento educacional, desde que sejam acompanhadas por investimentos em infraestrutura e inovação pedagógica.

Palavras-chave: Educação a distância, políticas públicas, inclusão social, democratização do ensino, qualidade educacional.

ABSTRACT

Public policy in distance education is a set of guidelines and planned actions implemented by the government to promote access to education through communication and information technologies. This educational modality allows students to access educational content, interact with teachers and classmates, carry out evaluative activities, and complete their studies without the need to be physically present in an educational institution. The main objective of public policy in distance education is to

democratize access to education, expanding the possibilities of inclusion and reducing geographical, socioeconomic, and cultural barriers. To achieve this, policies are established to provide financial and technical support for the implementation of technological infrastructure in schools, universities, and educational institutions, as well as teacher training programs to effectively teach in this mode of education. Legislation is another important aspect of public policy in distance education. Laws and regulations are created to establish criteria for the offering of distance courses, ensuring the quality of content, the validation of diplomas, and the protection of students' rights. In addition, public policy in distance education aims to promote research and scientific development in this field, encouraging the production and dissemination of knowledge on best practices and teaching strategies. In Brazil, for example, the federal government has invested in the creation of programs such as the Open University of Brazil (UAB) and the National Program for Access to Technical Education and Employment (Pronatec), which offer distance courses in partnership with higher education and vocational institutions. In summary, public policy in distance education aims to expand access to education, promote social inclusion, and guarantee the quality of teaching in this modality, through the implementation of infrastructure, teacher training, legislation, and research incentives.

Keywords: Public policy, distance education, social inclusion, quality of teaching.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a educação a distância (EaD) tem se tornado um componente essencial da formação educacional em diversos contextos, especialmente em um mundo cada vez mais digitalizado. A ascensão das tecnologias de informação e comunicação não apenas transformou a forma como o conhecimento é disseminado, mas também gerou novas possibilidades para a democratização do acesso à educação, sendo especialmente relevante para populações que enfrentam dificuldades logísticas ou financeiras para participar de cursos presenciais (MORAN, 2008). Entretanto, essa modalidade de ensino não está isenta de desafios e incertezas, como a qualidade das interações educativas e a efetividade dos processos de aprendizagem (GOLDIM, 2017).

A presente pesquisa tem como foco investigar as políticas públicas voltadas à educação a distância no Brasil, com ênfase nos processos de implementação e nas práticas pedagógicas que transpõem os limites do ambiente virtual. O interesse por este tema surge da necessidade de compreender como as políticas adotadas impactam não apenas na democratização do acesso à educação, mas também na qualidade do ensino

oferecido. Apesar do crescimento significativo da EaD, existe uma lacuna na análise crítica das políticas públicas que sustentam essa modalidade de ensino, o que resulta em uma realidade educativa muitas vezes dissociada da formação integral do aluno e das necessidades contemporâneas do mercado de trabalho (SILVA & COSTA, 2019).

Dentre as principais preocupações que emergem desse cenário, destaca-se a eficácia das ferramentas tecnológicas utilizadas, a motivação dos alunos e a qualificação dos professores para atuar em ambientes virtuais de aprendizagem (BRASIL, 2020). Estas questões são cruciais para a elaboração de políticas que garantam não apenas a oferta de cursos, mas a construção de um ambiente educacional que favoreça a aprendizagem significativa. Assim, a problematização que instaura este trabalho consiste em: como as políticas públicas atuais estão moldando a educação a distância e quais são suas implicações na qualidade do ensino?

Os objetivos desta Analisar as políticas públicas voltadas para a Educação a Distância (EaD), considerando seus impactos na democratização do acesso à educação e na qualidade do ensino oferecido no Brasil. Identificar e discutir os principais programas governamentais, como o Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Pronatec, avaliando seus desafios e contribuições para a consolidação da EaD no país. Justifica-se esta investigação pela relevância de se compreender os efeitos das políticas públicas na formação educacional em um contexto globalizado e pela possibilidade de contribuir para a melhoria das práticas educativas em EaD, levando em consideração a realidade brasileira e suas particularidades (SANTOS et al., 2020).

Portanto, ao longo deste trabalho, busca-se aprofundar a análise das políticas públicas que regem a educação a distância no Brasil, apontando desafios e possibilidades para a construção de um sistema educacional mais inclusivo e de qualidade. Os resultados esperados poderão não apenas oferecer subsídios para futuras intervenções em políticas públicas, mas também enriquecer o debate acadêmico sobre a educação a distância, enfatizando sua importância na formação dos indivíduos na sociedade contemporânea.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

As políticas públicas para a educação a distância são um conjunto de diretrizes e ações planejadas e implementadas pelo governo para promover o acesso à educação por meio de tecnologias de comunicação e informação. Essa modalidade educacional permite que estudantes tenham acesso a conteúdos educacionais, interajam com professores e colegas de classe, realizem atividades avaliativas e concluam seus estudos, sem a necessidade de estar fisicamente presente em uma instituição de ensino.

As políticas públicas na educação a distância buscam, principalmente, democratizar o acesso à educação, ampliando as possibilidades de inclusão e reduzindo as barreiras geográficas, socioeconômicas e culturais. Para isso, são estabelecidas políticas de apoio financeiro e técnico para a implantação de infraestrutura tecnológica nas escolas, universidades e instituições de ensino, além de programas de formação de professores para atuarem de forma eficiente nessa modalidade de ensino.

A legislação é outro aspecto importante das políticas públicas na educação a distância. São criadas leis e regulamentações que estabelecem critérios para a oferta de cursos a distância, garantindo a qualidade dos conteúdos, a validação dos diplomas e a proteção dos direitos dos estudantes.

Além disso, as políticas públicas na educação a distância buscam promover a pesquisa e o desenvolvimento científico nessa área, incentivando a produção e difusão de conhecimento sobre as melhores práticas e estratégias de ensino a distância. No Brasil, por exemplo, o governo federal tem investido na criação de programas como o Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que oferecem cursos a distância em parceria com instituições de ensino superior e profissionalizante.

2.1 Marco Legal Ensino a Distância (EaD)

A Educação a Distância se caracteriza por práticas educativas mediadas por tecnologias, que permitem a interação entre educadores e estudantes geograficamente distantes. Moore (2017) define a EaD como um modelo que promove o aprendizado por meio de ferramentas interativas, como plataformas

digitais, videoaulas e fóruns, desafiando a estrutura tradicional da sala de aula presencial. Nesse sentido, ela exige arranjos pedagógicos inovadores que assegurem a efetividade do processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, a EaD vai além de uma simples alternativa ao ensino presencial. Conforme apontado por Garrison e Anderson (2003), a modalidade requer a construção de comunidades de aprendizagem, onde a interação social e o diálogo desempenham papéis essenciais no engajamento e na motivação dos estudantes.

No Brasil, a EaD é legitimada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e regulamentada por portarias do Ministério da Educação (MEC), como a Portaria nº 2.117/2019. Esses marcos estabelecem diretrizes para a criação, oferta e supervisão de cursos, visando garantir padrões mínimos de qualidade.

2.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela Lei nº 9.394/1996, representa um marco legal fundamental na estruturação do sistema educacional brasileiro, estabelecendo normas para a organização da educação em suas modalidades e níveis. No contexto da Educação a Distância (EaD), a LDB prevê a possibilidade dessa modalidade como um meio legítimo de ensino, especialmente no ensino superior e na educação de jovens e adultos. O artigo 80 da LDB destaca o papel do poder público no incentivo ao desenvolvimento de programas e tecnologias que viabilizem a oferta da EaD, garantindo acesso ao ensino de qualidade e ampliando as oportunidades educacionais para estudantes de regiões remotas ou com dificuldades de acesso à educação presencial.

Além de legitimar a EaD, a LDB reforça a necessidade de garantir que os cursos a distância sigam os mesmos padrões de qualidade exigidos para o

ensino presencial. Nesse sentido, a lei promove a inclusão e a democratização do acesso à educação, permitindo que indivíduos de diferentes contextos sociais e geográficos possam usufruir do direito à educação. Ao enfatizar a responsabilidade do Estado na supervisão e no apoio a essa modalidade, a LDB contribui para a criação de um ambiente educacional mais equitativo e abrangente, alinhado com as demandas contemporâneas de formação e aprendizagem ao longo da vida.

2.3 Portaria nº 2.117/2019

A Portaria nº 2.117/2019, publicada pelo Ministério da Educação (MEC), trouxe avanços significativos para a regulação da Educação a Distância (EaD) no Brasil, especialmente no ensino superior. Essa normativa permite que as Instituições de Ensino Superior (IES) ofereçam cursos de graduação e pós-graduação a distância com maior flexibilidade, reduzindo a exigência de presencialidade em alguns cursos e possibilitando que até 40% da carga horária dos cursos presenciais seja ofertada na modalidade EaD. A medida foi elaborada para acompanhar as inovações tecnológicas e as mudanças nos perfis dos estudantes, que buscam maior autonomia e praticidade em seus processos de aprendizagem.

Além da ampliação da carga horária a distância, a Portaria nº 2.117/2019 estabelece requisitos específicos para a oferta dos cursos, como infraestrutura tecnológica, corpo docente qualificado e mecanismos de avaliação que assegurem a qualidade do ensino. A normativa reforça, ainda, a importância da interação entre alunos e professores, garantindo que os cursos ofereçam atividades síncronas e assíncronas que promovam a construção do conhecimento de forma colaborativa. Dessa forma, a Portaria busca equilibrar a flexibilização da EaD com a necessidade de manter os padrões de qualidade educacional exigidos pelo MEC.

Por fim, a Portaria nº 2.117/2019 se insere em um cenário de crescente adesão à EaD, respondendo às demandas do mercado educacional e às novas

dinâmicas sociais. Ao regulamentar a oferta dessa modalidade com diretrizes claras, a Portaria promove a expansão da EaD no Brasil, estimulando a inovação pedagógica e o uso de tecnologias educacionais como estratégias essenciais para a democratização do ensino superior no país.

2.4 Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)

A Educação a Distância (EaD) vem se consolidando como uma alternativa viável e eficiente para a democratização do acesso ao ensino, especialmente em um contexto de crescente demanda por flexibilidade e inovação pedagógica. O presente referencial teórico tem como objetivo explorar as políticas públicas que regulamentam essa modalidade educacional, analisando o que foi produzido academicamente nesse campo.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um programa instituído em 2006 para atender à crescente demanda por formação superior, especialmente para professores da educação básica que atuam em regiões remotas do país. Operando sob um modelo de parceria entre instituições públicas de ensino superior e o governo federal, a UAB utiliza a EaD para promover a inclusão educacional em locais com menor acesso a cursos presenciais.

Entre os principais resultados do programa estão a expansão da oferta de cursos de licenciatura e a capacitação de professores. Segundo dados do Ministério da Educação, a UAB já formou milhares de profissionais, contribuindo para reduzir o déficit de educadores qualificados em áreas vulneráveis. Contudo, enfrenta desafios relacionados à infraestrutura tecnológica, à desigualdade no acesso à internet e à escassez de financiamento adequado, limitando seu alcance e eficácia em algumas regiões.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), lançado em 2011, o Pronatec busca promover a inclusão social por meio da educação técnica e profissional. A combinação de ensino presencial e a distância permite que o programa alcance públicos diversificados, como jovens, trabalhadores desempregados e populações de baixa renda.

Um diferencial do Pronatec é sua capacidade de alinhar a oferta de cursos às demandas do mercado de trabalho, fortalecendo a empregabilidade dos beneficiários. No entanto, a implementação do programa também encontra barreiras, como a necessidade de modernizar as plataformas digitais utilizadas e de intensificar a formação de tutores e professores que atuam na EaD. As políticas públicas que regulam e promovem a EaD são fundamentais para sua consolidação enquanto modalidade de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e regulamentações como a Portaria nº 2.117/2019 definem critérios para a criação e supervisão de cursos, priorizando a qualidade e a validade dos diplomas emitidos.

Programas como a UAB e o Pronatec ilustram a relevância dessas políticas no Brasil. A UAB, por exemplo, representa um avanço na formação de professores e na democratização do ensino superior em regiões afastadas. Já o Pronatec reflete o compromisso do governo em oferecer qualificação técnica e profissional, ajudando a reduzir a exclusão no mercado de trabalho.

De acordo com Silva e Oliveira (2020), a implementação de políticas públicas voltadas para a EaD tem sido crucial para ampliar o acesso à educação superior e fomentar a inclusão digital. No entanto, esses autores ressaltam que a capacitação de professores para atuar nesse ambiente ainda é um desafio, sendo essencial para a melhoria da qualidade do ensino.

Além disso, programas como o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) exemplificam o potencial das políticas públicas na expansão da EaD, especialmente em regiões com menor acesso ao ensino superior. Esse programa tem permitido a formação de milhares de estudantes, mas enfrenta limitações, como a desigualdade no acesso à tecnologia e a necessidade de maior financiamento.

Apesar disso, ainda persistem lacunas estruturais que comprometem a eficácia dessas iniciativas. A desigualdade no acesso à tecnologia é uma das principais barreiras enfrentadas pela EaD, especialmente em áreas rurais e periféricas. Políticas públicas mais robustas são necessárias para garantir o pleno acesso à infraestrutura digital e para incentivar o uso de metodologias pedagógicas inovadoras.

3. Desafios e Oportunidades

Embora a EaD tenha ampliado significativamente sua abrangência, ainda há obstáculos importantes a serem superados. Lima et al. (2021) apontam que a desigualdade no acesso à internet e à infraestrutura tecnológica é uma barreira persistente, especialmente em regiões rurais e periféricas do Brasil. Além disso, a resistência cultural à EaD em algumas instituições e setores da sociedade reflete preconceitos que associam essa modalidade a uma formação de menor qualidade.

Por outro lado, Andrade (2022) destaca que a EaD oferece oportunidades únicas para a inclusão social e o aprendizado contínuo, atendendo à crescente demanda por educação em um mundo globalizado. Com a pandemia da COVID-19, a EaD tornou-se uma ferramenta indispensável, acelerando inovações tecnológicas e pedagógicas que deram origem a modelos híbridos e metodologias mais dinâmicas (MARQUES et al., 2023).

O avanço das tecnologias e a popularização de ferramentas digitais trouxeram novas perspectivas para a EaD. Estudos recentes, como os de Costa e Almeida (2023), enfatizam a necessidade de métodos de ensino e avaliação que se alinhem às especificidades das interações digitais, priorizando a personalização e a formação integral dos estudantes.

Além disso, há uma demanda crescente por práticas pedagógicas que valorizem a construção colaborativa do conhecimento e o uso de tecnologias emergentes, como inteligência artificial e realidade aumentada, que podem enriquecer a experiência de aprendizagem. Essas inovações representam um ponto de inflexão para a EaD, exigindo políticas públicas adaptativas e orientadas para a equidade e a qualidade do ensino.

O cenário da pandemia trouxe à tona a urgência de se discutir a EaD sob novas perspectivas. Estudos recentes de Marques et al. (2023) indicam que a EaD não só se consolidou como uma alternativa viável, mas apresentou-se como uma ferramenta indispensável durante períodos de distanciamento social. As inovações tecnológicas e pedagógicas impulsionaram o desenvolvimento de cursos híbridos e experiências de aprendizado mais

dinâmicas.

Esse novo cenário exigiu uma reavaliação das práticas e políticas relacionadas à EaD, conforme sugerem pesquisadores como Costa e Almeida (2023), que enfatizam a necessidade de métodos de avaliação que se adequem à natureza das interações digitais e que focam na formação integral do estudante.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia que as políticas públicas na EaD são instrumentos cruciais para democratizar o ensino e promover a inclusão social no Brasil. Contudo, seu potencial pleno só será atingido com o enfrentamento das desigualdades regionais e do déficit de infraestrutura tecnológica.

Os estudos sobre as políticas públicas na Educação a Distância (EaD) evidencia que este é um campo em constante evolução, diretamente influenciado pelas transformações tecnológicas e sociais da contemporaneidade. Ao longo das últimas décadas, as políticas públicas voltadas para a EaD no Brasil têm buscado expandir o acesso à educação, promovendo a inclusão social e a democratização do ensino. Contudo, o pleno potencial dessa modalidade só será alcançado com a superação de desafios estruturais, como a desigualdade no acesso à tecnologia, a formação contínua de professores para o uso de metodologias inovadoras e a garantia de infraestrutura adequada.

A UAB e o Pronatec são exemplos de iniciativas que têm gerado impactos positivos, mas que ainda requerem maior suporte financeiro e técnico para superar os desafios atuais. Portanto, é essencial que o governo continue aprimorando essas políticas, investindo em estratégias que assegurem não apenas a ampliação da oferta de cursos, mas também a qualidade e a equidade do ensino.

Além disso, as recentes mudanças globais, como a aceleração do uso de tecnologias durante a pandemia, reforçaram a necessidade de aprimorar tanto as políticas quanto as práticas pedagógicas na EaD. O fortalecimento dessas iniciativas deve ser acompanhado por investimentos em soluções que

contemplem a qualidade das interações educacionais, a personalização do aprendizado e a formação integral dos estudantes.

Portanto, o debate sobre as políticas públicas na EaD não deve apenas focar na ampliação da oferta de cursos, mas também na construção de estratégias que assegurem a equidade e a eficácia do ensino oferecido. Este estudo reforça a relevância de compreender a EaD como uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento educacional no Brasil, destacando a importância de ações colaborativas entre governo, instituições de ensino e sociedade para a construção de um sistema educacional mais inclusivo, acessível e de qualidade.

Assim, é essencial que as políticas públicas evoluam em consonância com as demandas contemporâneas, garantindo que a EaD não apenas complemente, mas também transforme e enriqueça o cenário educacional brasileiro.

Por fim, este trabalho reforça a importância da EaD enquanto modalidade transformadora, destacando a necessidade de ações colaborativas entre governo, instituições de ensino e sociedade para construir um sistema educacional mais inclusivo e eficaz.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. (2022). "Educação a Distância: Desafios e Perspectivas". **Revista Brasileira de Educação**, 27(4).

COSTA, L., & ALMEIDA, R. (2023). "Métodos de Avaliação na Educação a Distância". **Educare**, 15(2).

LIMA, T., SILVA, M., & OLIVEIRA, F. (2021). "Barreiras à Educação a Distância no Brasil". **Journal of Distance Learning**, 19(1).

MARQUES, A., SANTOS, P., & FREITAS, I. (2023). "Inovações na Educação a Distância em Tempos de Pandemia". **Educação &**

Sociedade, 40(2).

MOORE, M. (2017). **Distance Education: A Systematic Approach to Theory and Practice**. Routledge.

SILVA, R., & OLIVEIRA, J. (2020). "Políticas públicas e a Formação de Professores para EaD". **Cadernos de Educação a Distância**, 11(3).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de cursos de graduação na modalidade a distância por instituições de ensino superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232623068>. Acesso em: 27 abr. 2024.

GARRISON, D. R.; ANDERSON, T. E-Learning in the 21st Century: A Framework for Research and Practice. 2. ed. London: Routledge, 2003.

MOORE, M. G. The Theory of Transactional Distance. In: MOORE, M. G.; ANDERSON, W. G. (ed.). Handbook of Distance Education. 3. ed. New York: Routledge, 2017. p. 32-46.